o Estado e variável com os mesmos preços de venda, além das que lhe são garantidas pelo contrato de 8 de Novembro de 1906, a melhoria dos serviços de fiscalização e a dos salários e vencimentos do pessoal operário e não operário, incluindo doentes e reformados.

Art. 2.º No acôrdo estabelecer-se há a renúncia por parte da Companhia dos Tabacos de qualquer pretensão direito resultante do disposto no artigo 9.º e seus parágrafos do decreto n.º 4:510, de 27 de Junho de 1918.

Art. 3.º O acôrdo a que se refere a presente lei será estabelecido dentro das seguintes bases :

a) Aumento imediato por uma só vez ou por vezes sucessivas, permanente ou temporário, e na forma conveniente aos fins comuns do acôrdo, do preço de venda das marcas a que se refere o n.º 8.º do artigo 7.º do contrato de 8 de Novembro de 1906, tendo em vista obstar eficazmente à importação clandestina de tabaco.

b) Além da renda fixa anual de 6:520.000\$ e da participação já garantida pelo n.º 1.º do artigo 6.º do contrato de 8 de Novembro de 1906, o Estado reservar-se há uma nova participação não inferior a 20 por cento que incidirá sobre todos os produtos fabricados, vendidos pela Companhia, participação que será calculada sobre o preço líquido da comissão de venda, que não poderá exceder 13,47 por cento.

c) Aumento do imposto de licença de venda e bem assim aumento dos direitos aduaneiros, além dos fixados e previstos no artigo 18.º do contrato de 8 de Novembro de 1906, pertencendo ao Estado todo o excedente dos direitos, acima de 4\$50 por quilograma, podendo, quando o Governo assim o entender conveniente, decretar-se que uma parte do aumento seja cobrada em ouro.

§ único. O disposto nesta alínea não prejudica o estipulado no artigo 13.º do contrato de 8 de Novembro de 1906.

d) Ficam a cargo da Companhia dos Tabacos todas as despesas com os comissariados, prefixadas no acôrdo, devendo reduzir-se o pessoal deles ao estritamente indispensável.

e) Além da actual fiscalização exercida por força das disposições dos diplomas que a regulam, poderá o Ministro das Finanças, sempre que o julgar conveniente, mandar fiscalizar a contabilidade da Companhia em tudo o que possa interessar aos créditos do Estado.

f) Fixação das condições de preferência para a importação de tabacos originários das colónias, em rama ou manufacturado, por forma que o tabaco estrangeiro lhe não feche praticamente o mercado nacional na metrópole.

g) Exclusão de qualquer modificação contratual sobre a matéria não referida na presente lei.

Art. 4.º Em nenhum caso o aumento dos preços dos tabacos proveniente da aplicação desta lei incidirá, para o efeito do pagamento por parte do Governo, sobre os 800:000 quilogramas de tabaco a que se refere o n.º 6.º do artigo 6.º do contrato de 8 de Novembro de 1906.

Art. 5.º É o Governo autorizado a elevar o imposto de licenças de venda a que se refere o n.º 5.º do artigo 7.º do contrato de 8 de Novembro de 1906 e a modificar os direitos aduaneiros sobre a importação de todos os artigos de fumar.

§ único. São obrigados os revendedores de tabacos a vender as estampilhas e mais fórmulas de franquia dos correios e telégrafos, selos e valores selados.

Art. 6.º Os direitos estabelecidos no artigo 15.º do contrato de 8 de Novembro de 1906 para o caso de continuar o regime do exclusivo, ou se voltar à régie, serão modificados pela forma e na proporção em que o forem, no uso da autorização contida no artigo anterior, os direitos a que se refere o artigo 18.º do mesmo contrato.

Art. 7.º Para melhor garantia dos interesses do Estado o Governo procurará tanto quanto possível orientar as negociações para o acôrdo previsto na presente lei no sentido de um regime ouro, de execução imediata ou próxima, nas relações entre a Companhia dos Tabacos e o Estado.

Art. 8.º As disposições do acôrdo previsto na presente lei não poderão, em caso algum, directa ou indirectamente, prender a acção do Estado para além de 30 de Abril de 1926, termo prefixado do contrato vigente.

Art. 9.º Realizado o acôrdo autorizado por esta lei ficam desde logo revogados o decreto n.º 4:510, de 27 de Junho de 1918, e as instruções anexas, sem prejuízo dos direitos que dêle advieram para o Estado e que deverão ser imediata e integralmente efectivados.

Art. 10.º O Governo dará conta ao Parlamento do uso que fizer das autorizações concedidas por esta lei.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 22 de Março de 1924.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro — Alfredo Ernesto de Sá Cardoso — José Domingues dos Santos — Américo Olavo Correia de Azevedo — Fernando Augusto Pereira da Silva — Domingos Leite Pereira — Nuno Simões — Mariano Martins — Helder Armando dos Santos Ribeiro — Júlio Ernesto de Lima Duque — Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 9:526

Sob proposta do Ministro das Colónias, tendo ouvido o Conselho de Ministros e com fundamento no n.º 1.º do artigo 34.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908: hei por bem decretar que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério das Colónias, um crédito especial da quantia de 810.000\$ para atender aos encargos resultantes das leis n.ºs 1:452 e 1:454 e decretos n.ºs 9:240 e 9:246, respectivamente de 20 e 27 de Julho e de 10 e 14 de Novembro de 1923, que alteraram as melhorias do pessoal civil e militar do Ministério das Colónias, crédito que deverá reforçar a verba consignada, no capítulo único, artigo 3.º, da despesa extraordinária do orçamento do segundo dos referidos Ministérios, em vigor no corrente ano económico de 1923-1924, a «Pagamento de melhoria de vencimentos ao pessoal do Ministério e dos estabelecimentos autónomos que já tinham dotações para subvenções diferenciais».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, de harmonia com as disposições da alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 22 de Março de 1924.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro — Alfredo Ernesto de Sá Cardoso — José Domingues dos Santos — Américo Olavo Correia de Azevedo — Fernando Augusto Pereira da Silva — Domingos Leite Pereira — Nuno Simões — Mariano Martins — Helder Armando dos Santos Ribeiro — Júlio Ernesto de Lima Duque — Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.*